



Disponível em

<http://www.desafioonline.com.br/publicações>

Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. 3, Set./Dez. 2013



**LEVANTAMENTO DO PERFIL AMBIENTAL DAS DOS PRODUTORES
RURAIIS DE SÃO VALENTIM, SANTA MARIA – RS**

**SURVEY OF ENVIRONMENTAL PROFILE OF RURAL PRODUCERS OF
SÃO VALENTIM, SANTA MARIA - RS**

Roselene Marostega Felker¹

Universidade Federal de Santa Maria
Mestranda em Engenharia Florestal

Caren Daiana Perius

Universidade Federal de Santa Maria
Acadêmica de Engenharia Floresta

Andrea Cristina Dörr

Universidade Federal de Santa Maria
Professora Adjunta

Eliara Marin Piazza

Universidade Federal de Santa Maria
Mestranda em Engenharia Florestal

Maureen de Moraes Stefanello

Universidade Federal de Santa Maria
Acadêmica de Engenharia Floresta

¹ Engenheira Floresta pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestranda pelo Programa de Pós graduação em Engenharia Florestal – UFSM.

RESUMO

O setor rural faz-se de grande importância no cenário atual, possuindo grande representatividade como produtor de alimentos e gerador de renda. Apesar da grande importância, a produção muitas vezes esbarra nas questões ambientais. Diante disso, a proposta do presente trabalho é apresentar um levantamento sobre o perfil de produtores rurais, diante da temática meio ambiente. Para isto, foram realizadas entrevistas à produtores do Distrito de São Valentim, município de Santa Maria, RS. Através dessa pesquisa, observou-se que os produtores necessitam dos recursos ambientais diariamente em suas atividades. No entanto, grande parte destes recursos como rios, nascentes e árvores nativas não estão sendo conservados pelos moradores. Destaca-se ainda a falta de informação sobre a legislação ambiental e a importância da produção sustentável. Através da conscientização e esclarecimentos espera-se contribuir com a preservação do ambiente e manutenção do equilíbrio das relações entre homem e natureza.

Palavras-chave: agricultores; legislação; diagnóstico.

ABSTRACT

The rural sector it is of great importance in the present scenario, having great representation as a producer of food and income generator. Despite the importance, the production often esbarra environmental issues. Therefore, the purpose of this paper is to present a survey on the profile of farmers, on the theme environment. For this, we conducted interviews with producers of the District of São Valentim, Santa Maria, RS. Through this research, it was observed that producers need of environmental resources in their daily activities. However, most of these features such as rivers, streams and native trees are not being maintained by the residents. Note also the lack of information on environmental and sustainable production. Through awareness and clarification is expected to contribute to preserving the environment and maintaining the balance of relations between man and nature.

Keywords: farmers; legislation; diagnosis.

1. INTRODUÇÃO

O setor rural é um segmento muito importante para a economia nacional, possuindo enorme representatividade na produção de alimentos, e atualmente também para geração de empregos. No entanto, a busca por melhores e maiores produções vai de encontro muitas vezes à legislação ambiental e preceitos de desenvolvimento sustentável.

Com o melhoramento na produção e novas formas de processamento, os produtores passaram a ser inseridos em um meio econômico competitivo, gerando grandes desafios para o produtor rural. Dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, tanto em aspectos tecnológicos, quanto produtivos e gerenciais, fazem com que o meio rural modifique seu perfil econômico, produtivo e também ambiental.

Percebe-se que a conotação de vilã do meio ambiente, pejorativamente atribuída à agropecuária, não é imperativo de sua natureza antrópica, mas sim, do inadequado uso de sua prática, sem se considerar a utilização racional/planejada dos seus recursos, inclusive os naturais; portanto, de responsabilidade do praticante público e/ou privado que através de políticas, programas, projetos e atividades consideram, equivocadamente, como inevitáveis ou associados à má sorte, atos com consequências lesivas ao meio ambiente (RIBEIRO et al, 2006).

Contudo, é difícil o exercício da atividade agrária sem causar interferências ambientais, por menores que sejam. Porém, é necessário evitar que a atividade rural prejudique, de forma complexa e irreversível, os recursos naturais. Nesse contexto, surge a agricultura sustentável, visando a segurança alimentar, a dignidade do trabalhador rural e o manejo sustentável dos recursos naturais. Consequentemente, isso perpassa a fronteira do eco-desenvolvimento, atendendo, inclusive, à função social da propriedade rural.

A utilização dos recursos existentes na propriedade deve ser feita de forma racional e adequada, visando à manutenção do equilíbrio ecológico e a garantia da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e econômico dos seus proprietários e daqueles que nela trabalham. A utilização inadequada contribui para a baixa produção agrícola futura e aumenta a vulnerabilidade à riscos relacionados a práticas intensivas, impondo desse modo perdas econômicas e ambientais altas.

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos agricultores, entrevistados frente às questões ambientais relacionadas ao cotidiano da propriedade.

2. MATERIAL E MÉTODO

O trabalho de pesquisa desenvolvido visa à identificação e caracterização dos produtores rurais do Distrito de São Valentim, município de Santa Maria, através de entrevistas que abordam temas ligados a posse e uso de recursos naturais, estado de conservação e a opinião dos produtores rurais frente a questões relacionadas à legislação ambiental. Na presente pesquisa trabalhou-se com uma amostra de 26 produtores que concordaram em participar voluntariamente das entrevistas, sendo estas realizadas no ano de 2010.

Para o levantamento de dados, junto aos produtores envolvidos na pesquisa, utilizou-se elementos que objetivaram conferir representatividade para os dados coletados. Para isso, foi desenvolvido um formulário semi-estruturado, com perguntas fechadas e abertas, relativas ao perfil dos produtores, direcionando-as também às informações socioeconômicas, com a finalidade de permitir respostas simples, porém, que também possibilitassem a análise interpretativa das mesmas.

Os dados foram tabulados, sendo feito o posterior agrupamento das informações similares, com análise de frequência e formação de quadros demonstrativos a partir da utilização de ferramentas estatísticas básicas. Os dados obtidos foram tabulados e analisados utilizando-se o software STATA, sendo que as entrevistas foram transcritas e tratadas de forma confidencial com base em códigos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à posse e uso de recursos ambientais, a primeira questão abordada refere-se a presença de vertentes ou olhos d'água nas propriedades. Vertentes, ou mais popularmente nascente, constitui-se de um ponto onde jorra água através da superfície

do solo e resultam na formação de córregos e são classificadas em perenes, intermitentes e temporárias (VALENTE et al. 2005).

Observou-se que o número médio de vertentes ficou em 3 em cada propriedade, sendo que foram registrados locais onde esse número ficou em torno de 15 vertentes, e outras propriedades que não apresentavam nenhum afloramento de água. Ainda sobre este tema, registrou-se que 52% das mesmas apresentavam grande afloramento de água (Figura 1).

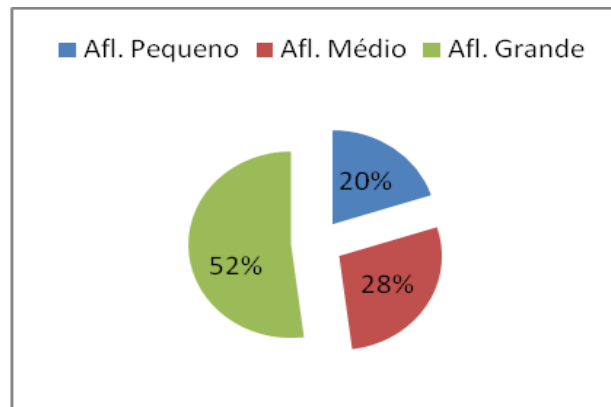


Figura 1. Característica do Afloramento de água das vertentes

A presença de proteção nos afloramentos de água, também foi abordada. Os resultados da pesquisa demonstraram que aproximadamente 37,5% dos entrevistados não faziam utilização de práticas para proteção de suas vertentes. No entanto 33,3%, dos agricultores afirmam a presença de regeneração natural nas mesmas, e 20,8% alegam existir espécies nativas plantadas (Figura 2). Tanto a presença de regeneração natural, ocasionada pelo isolamento do local, como o plantio de espécies nativas, são práticas assertivas quando se trata de restauração de mata ciliar.

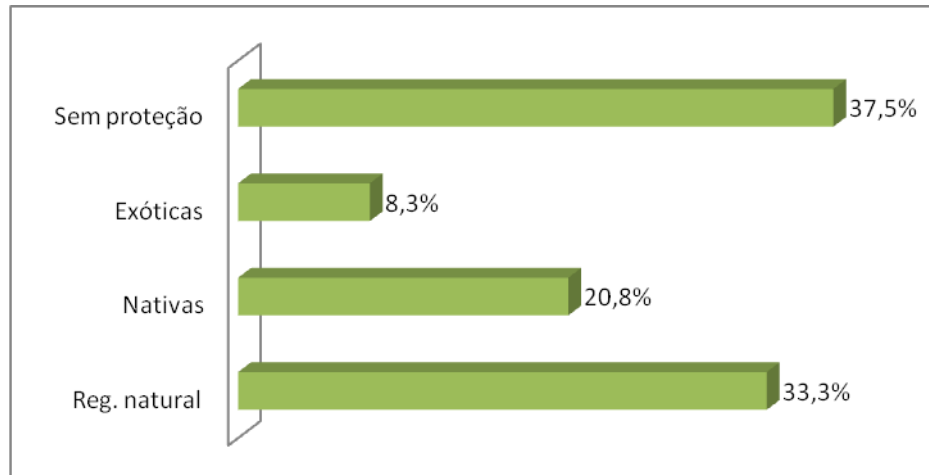


Figura 2. Estado de conservação das vertentes

Apesar da grande maioria dos entrevistados afirmar a existência de proteção nas vertentes, observa-se que ainda houve proprietários que não demonstraram preocupação com relação à preservação desse recurso ambiental. As nascentes são enquadradas tecnicamente como área de preservação permanente (APP) e são áreas protegidas pelo Código Florestal (Lei n°. 4.771, de 15 de setembro de 1965), sendo assim determina-se que a preservação seja garantida em um raio de 50 m. Estas, são áreas que cumprem um papel ambiental muito importante, preservando os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (CRISPIM et al. 2012). Esses sistemas vegetais são essenciais para o equilíbrio ambiental e devem representar uma preocupação central para o desenvolvimento rural sustentável (CRISPIM et al. 2012).

Devido ao grande número de propriedades que apresentavam vertentes investigou-se a origem da água utilizada na propriedade rural. Observou-se que aproximadamente metade dos entrevistados fazem utilização da água de vertentes e a outra metade usa poços artesianos. Ainda verificou-se que 80% dos entrevistados usam água das vertentes para abastecimento de lavoura, água para animais e outras atividades desenvolvidas dentro da propriedade (Figura 3).

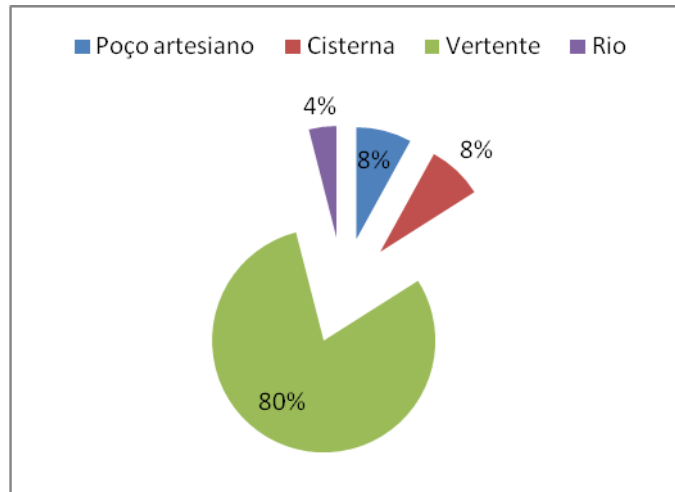


Figura 3. Origem da água utilizada na propriedade rural

Observa-se assim, que a grande parte dos entrevistados realiza a utilização da água, oriunda de vertente para a maioria de suas atividades cotidianas, que incluem desde o uso para animais até o uso pela família. Atenta-se ainda, que muitas destas vertentes utilizadas pela propriedade estão sem proteção florestal, ou com proteção mínima.

Quanto à qualidade, deve-se salientar que, pode existir contaminação com produtos químicos, a poluição da água resultante de toda e qualquer ação que acarrete aumento de partículas minerais no solo, da matéria orgânica e dos coliformes totais podendo comprometer a saúde dos usuários, sejam estas pessoas ou animais (SIGAM, 2009). Dessa forma, faz-se de grande importância que antes da utilização destes recursos sejam realizados testes laboratoriais na água, com vistas à determinação da potabilidade da mesma.

Ainda com relação ao recurso água, questionou-se os produtores quanto a presença de rios ou sangas nas propriedades. Observou-se que, pelo menos 42,3% dos agricultores tinham suas terras cortadas por rios, 30,8% possuem apenas sangas (rios com pequena quantidade de água), 3,8% 2 ou mais rios e 23,1% das propriedades não tinham rios ou sangas. Dos proprietários que tinham em sua posse rios ou sangas, 52% afirmam que existem árvores nativas para a proteção das margens. E 31% das propriedades não possuem qualquer tipo de proteção para estes (Figura 4).

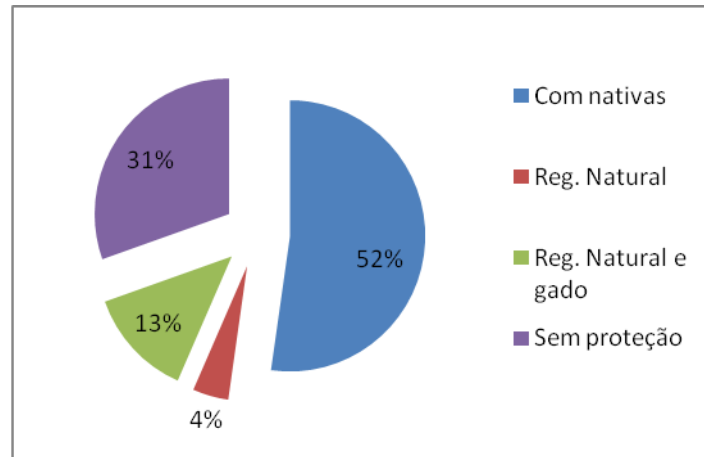


Figura 4. Estado de conservação das margens dos rios

É válido afirmar que dentre os benefícios da vegetação nas margens de rio, está o controle da erosão nas margens dos rios e córregos, redução dos efeitos de enchentes; manutenção da quantidade e qualidade das águas (ROSA e IRGANG, 1998), filtragem de resíduos de produtos químicos como agrotóxicos e fertilizantes (MARTINS, 2007), além de servir de habitat para diferentes espécies de animais contribuindo para a manutenção da biodiversidade da fauna local (SANTOS et al., 2004).

Outro recurso natural pesquisado foi a utilização da lenha e a origem da mesma. Os moradores foram questionados sobre o uso de lenha em suas atividades e a periodicidade. Os resultados obtidos, demonstraram que a maior parte dos agricultores do Distrito de São Valentim, aproximadamente 57,70%, fazem emprego de lenha o ano inteiro para tarefas relacionadas principalmente a cozimento de alimentos e conforto térmico. Apenas 3,80% dos agricultores afirmam não utilizar lenha (Figura 5). Estes produtores foram identificados nas entrevistas como pessoas que possuem residências rurais para finais de semana, ou áreas destinadas apenas a produção.

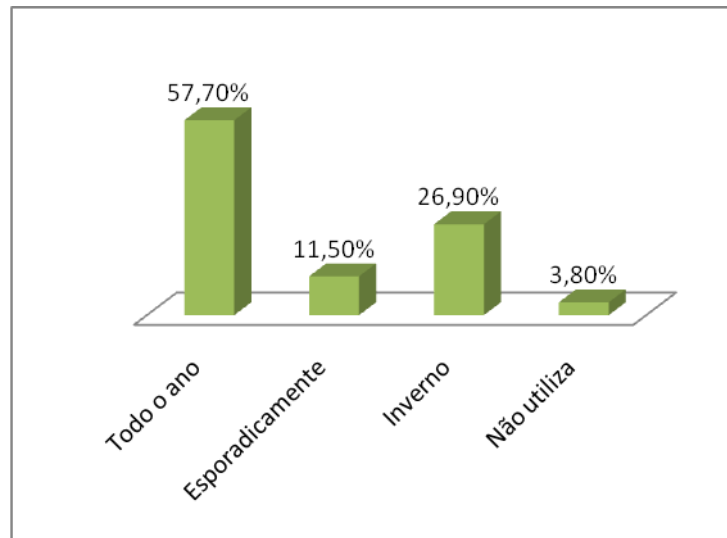


Figura 5. Utilização de lenha

Os dados da pesquisa revelam que a quantidade de lenha utilizada pelos agricultores que fazem uso da mesma, ficou na média de 4 a 8 m³/ano, sendo que 20% dos entrevistados utilizam uma quantidade superior a 8m³/ano de lenha (Figura 6).

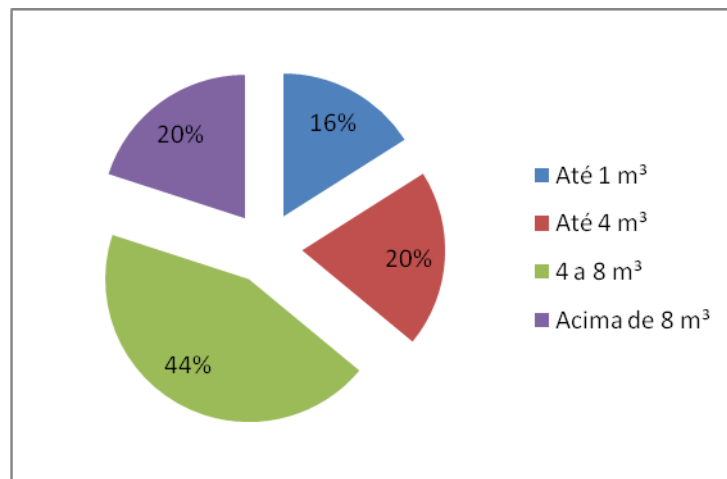


Figura 6. Quantidade em m³/ ano de lenha utilizada pelos proprietários rurais

Também constatou-se a origem da lenha utilizada, cerca de 65,4% da madeira tem origem na própria propriedade, através de reflorestamento de árvores exóticas, em especial o *Eucalyptus sp.* (Figura 7).

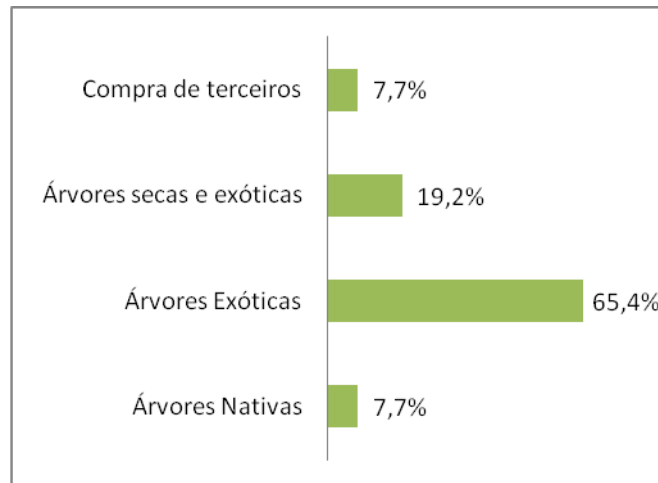


Figura 7. Origem da lenha utilizada na propriedade

A legislação prevê que em propriedades rurais pode-se utilizar recursos madeireiros oriundos da reserva legal (RL), desde que em regime de uso sustentável. No entanto, existem outras formas de exploração, especialmente de lenha, como por exemplo o plantio de espécies exóticas, em especial o gênero Eucalipto, que possui grande adaptabilidade no país, além de crescimento e produção relativamente rápidos. Além disso, são espécies florestais de livre plantio e corte, não onerando maiores custos com licenças, já que se enquadra em produção florestal.

Em relação a legislação florestal atual, baseada na Lei n.º. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que prevê a conservação das margens dos rios através de uma faixa contínua de preservação, a qual varia conforme a largura do rio, os produtores responderam que as leis atuais são muito rígidas e que prejudicam a produção agrícola e pecuária. Observa-se, que 48% dos produtores consideram a legislação florestal rígida, enquanto 36% afirmam que a mesma deve ser cumprida na forma atual de vigência.

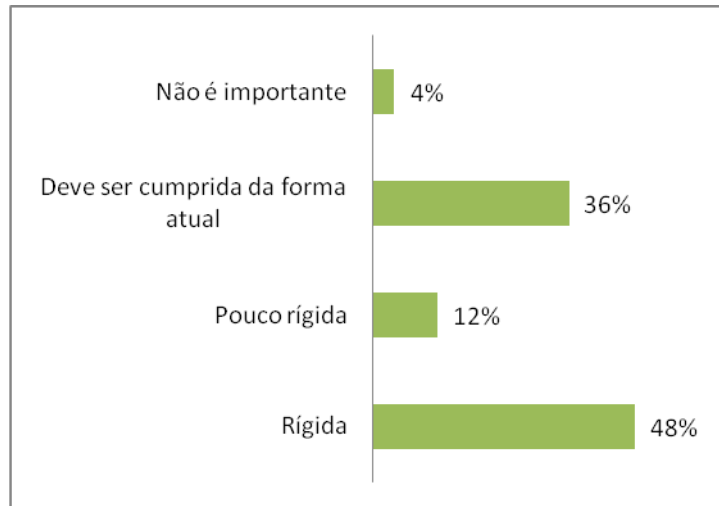


Figura 8 Opinião sobre a legislação florestal

O conhecimento e o esclarecimento sobre temas ligados a agricultura e ao ambiente são importantes para a transformação de opiniões e crescimento pessoal e profissional. Desse modo, a pesquisa procurou questionar como os produtores rurais conseguiam informações sobre assuntos ligados ao ambiente e produção, ou se eles não possuíam oportunidades de informação e discussão.

Diante desse questionamento, 37,5% dos entrevistados responderam que o único meio de obtenção de informação sobre leis, ambiente e produção era através de programas de televisão. 32,5% conseguem essas informações através de conversas entre vizinhos e amigos. 5% não possuem qualquer tipo de esclarecimento sobre o tema e 2% desconhecem completamente a questão ambiental abordada (Figura 8).

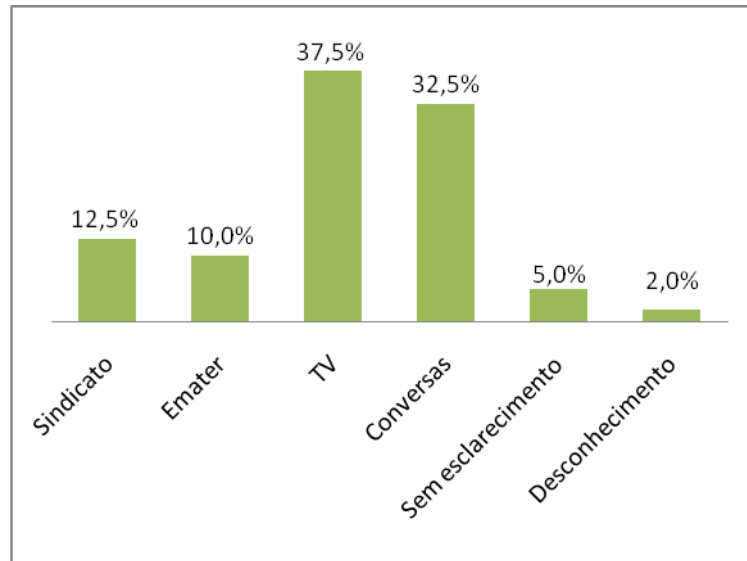


Figura 8. Conhecimento sobre a legislação florestal

4. CONCLUSÃO

Através deste trabalho pode-se observar que os produtores rurais do Distrito de São Valentim são dependentes dos recursos naturais, utilizando-os em suas rotinas diariamente. No entanto conclui-se que existe uma grande lacuna com relação a preservação dos recursos naturais e a utilização racional destes, devido muitas vezes à falta de esclarecimento por parte dos órgãos ambientais ou extensionistas.

É importante que a idéia de desenvolvimento sustentável seja fortalecida e amadurecida, para que se possa encontrar saídas possíveis para os impasses conceituais e práticos entre os setores produtivos da agricultura e a proteção ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal.

CRISPIM, J., De Q. et al. Conservação e proteção de nascentes por meio do solo cimento em pequenas propriedades agrícolas na bacia hidrográfica rio do campo no município de Campo Mourão – PR. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 781-790, 2012.

CONWAY, G.. **Produção de alimentos no século XXI: biotecnologia e meio ambiente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

DIAS, G. F. **Fundamentos da educação ambiental**. Brasília: Universa, 2000. 198p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2º edição, Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GRANDI, J. BRISOLA, M. V. **A postura do Produtor Agrícola do Noroeste de Minas Gerais diante da circunstância ambiental de sua produção**. VI CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2009. Disponível em: www.convibra.com.br/2009/artigos/154_0.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 1999.

MARTINS, S. V.: **Recuperação de matas ciliares**. 2ª Ed. Revista e ampliada. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2007. 255p

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Relatório de Desenvolvimento Mundial. **Agricultura para o Desenvolvimento**. Banco Mundial, 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

RIBEIRO, A. C. F.; BRITES, S. R.; JUNQUEIRA, A. M. R. **Os aspectos ambientais no processo decisório do produtor rural: Estudo de caso Núcleo Rural Taquara**. Campina Grande PB, Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 2006.

RODRIGUES, G. S. **Agricultura sustentável, gestão ambiental e eco-certificação de atividades rurais**. Publicações EMBRAPA, 2008. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br>. Acesso em Novembro de 2010.

ROSA, F.F.; IRGANG, B.E. Comunidades vegetais de um segmento da planície de inundação do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. **Iheringia, Botânica**, v. 50, p. 75-87, 1998.

SANTOS, T. G.; et al. Mamíferos do campus da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Biota Neotrop**. vol. 8, no. 1 jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v8n1/pt/abstract?inventory+bn00508012008>>

SATURNINO, H. M.; LANDERS, J. N. **O meio ambiente e o plantio direto**. Brasília: Embrapa-SPI, 1997.

SIGAM. Cadernos da Mata Ciliar / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Departamento de Proteção da Biodiversidade. - N 1 2009, São Paulo: SMA, 2009. Disponível em: Disponível também em: <<http://ambiente.sp.gov.br/mataciliar>>. Acesso em: 15/11/2013.

VALENTE et al. Conservação de nascentes: hidrologia e conservação de bacias hidrográficas de cabeceira. Viçosa, MG, 2005.

WANDERLEY, M.N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPE, 2001.